

## Entenda o que é IDH

Secretaria de Saúde Pública do Pará

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pela ONU, parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Tem o objetivo de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.

Além de computar o PIB *per capita*, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

Apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. No Brasil, tem sido utilizado também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações sócio-econômicas sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal.

## INDICADOR EDUCAÇÃO

Para medir o acesso à educação em grandes sociedades, como um país, a taxa de matrícula nos diversos níveis do sistema educacional é um indicador suficientemente preciso. Todavia, quando o foco está em núcleos sociais menores, como municípios, esse indicador é menos eficaz, pois os estudantes podem morar em uma cidade e estudar em outra, distorcendo as taxas de matrícula. Daí a opção pelo indicador de frequência à sala de aula, que é baseado em dados censitários. O que se pretende aferir é a parcela da população daquela cidade que vai à escola em comparação à população municipal em idade escolar.

O outro critério para a avaliação da educação de uma população é o percentual de alfabetizados maiores de 15 anos. Ele se baseia no direito constitucional de todos os brasileiros de terem acesso às oito séries do ensino fundamental. Ao final desse período, que, pelo calendário normal se encerraria aos 14 anos de

idade, espera-se que o indivíduo seja capaz de ler e escrever um bilhete simples. Daí a opção por se medir essa capacidade na população com 15 anos de idade ou mais. A taxa de alfabetização é obtida pela divisão do total de alfabetizados maiores de 15 anos pela população total de mais de 15 anos de idade do município pesquisado.

## **INDICADOR LONGEVIDADE**

Para avaliar o desenvolvimento humano no que diz respeito à longevidade o IDH nacional e o IDH municipal usam a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra qual a média de anos que a população nascida naquela localidade no ano de referência deve viver - desde que as condições de mortalidade existentes se mantenham constantes. Quanto menor for a mortalidade registrada em um município, maior será a esperança de vida ao nascer. O indicador é uma boa forma de avaliar as condições sociais, de saúde e de salubridade por considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto as ocorridas em função de doenças quanto as provocadas por causas externas (violências e acidentes).

O Censo 2000 é a base de cálculo de todo o IDH municipal. Para se chegar ao número médio de anos que uma pessoa vive a partir de seu nascimento são utilizados os dados do questionário expandido do Censo. O resultado dessa amostra é expandido para o restante da população daquele município.

## **INDICADOR RENDA**

O Produto Interno Bruto (PIB) de um país é o valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano dentro de suas fronteiras. O PIB *per capita* é a divisão desse valor pela população do país. Trata-se de um indicador eficaz para a avaliação da renda de um universo amplo, como países e unidades da Federação. Esse é o critério usado pelo Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, mundialmente para o cálculo do IDH-R dos países e dos Estados.

Na avaliação da renda dos habitantes de um município, o uso do PIB *per capita* torna-se inadequado. Por exemplo: nem toda a renda produzida dentro da área do município é apropriada pela população residente. A alternativa adotada é o cálculo da renda municipal *per capita*. Ela permite, por exemplo, uma desagregação por cor ou gênero da população, o que seria inviável de outra maneira.

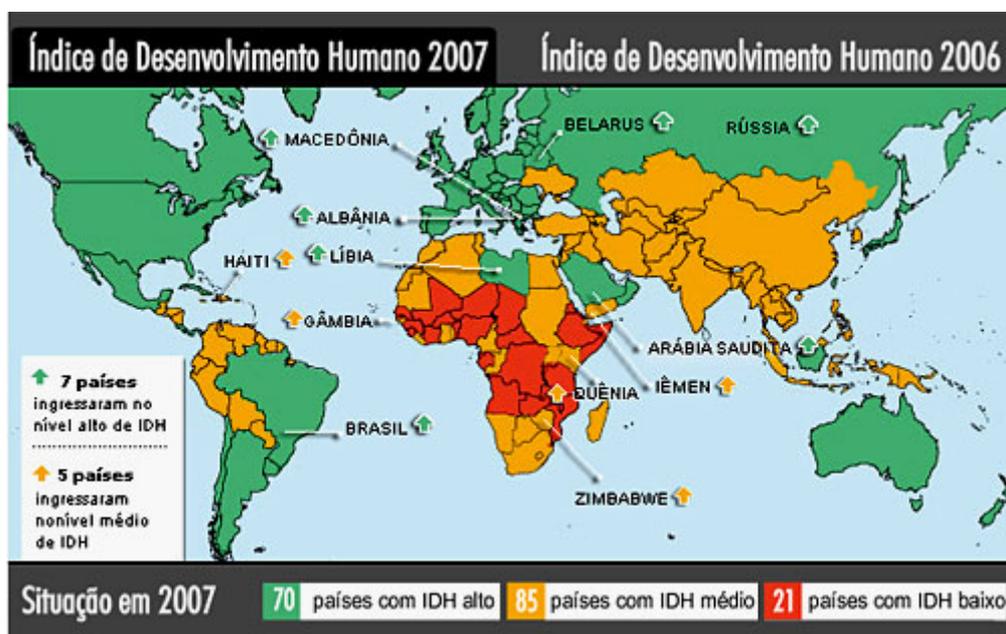
## **O IDH NO BRASIL**

O Brasil melhorou em todos os itens que compõem o IDH, com exceção da alfabetização adulta – que ficou estável em 88,6% da população com mais de 15 anos. O desempenho econômico do país também contribuiu para melhorar o padrão de desenvolvimento humano. O PIB per capita anual aumentou 2,5%. O país cresceu em média 1,1% por ano, ritmo igual ao da Argentina, mas bastante inferior ao do Chile – que cresceu em média 3,8% ao ano.

Há uma tendência crescente de concentração de renda, que, caso se mantenha, impedirá o país de atingir a meta de redução da pobreza em 50% até 2015. De acordo com o PNUD, 10% dos lares mais ricos do Brasil têm 70 vezes a renda dos 10% mais pobres. Além disso, o País também apresenta grandes desigualdades entre regiões.

Conforme as últimas estatísticas disponíveis, o Sul é a única região que, se mantiver as tendências atuais, conseguirá reduzir à metade a proporção de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza até 2015. O relatório também aponta uma queda no nordeste, no centro e no sudeste do País. O Norte é a única região onde a pobreza aumentou, passando de 36% para 44%. "A culpada não é a escassez de recursos, mas uma persistente e alta desigualdade", ressalta o relatório, segundo o qual também houve um retrocesso do índice de desenvolvimento humano dessa região.

### Brasil entra para o grupo de 'alto desenvolvimento humano', aponta ONU



De acordo com o relatório da ONU, o Brasil atingiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,800, em uma escala de 0 a 1. Países com índice inferior a 0,800 são considerados de "médio desenvolvimento humano", categoria na qual o Brasil figurava desde 1990, quando o PNUD começou a divulgar o ranking.

Os dados do relatório divulgado em novembro de 2007 são referentes a 2005. No relatório de 2004 o IDH do Brasil foi de 0,792.

Apesar de ter tido uma pontuação maior, o país caiu uma posição no ranking e agora ocupa o 70º lugar, o último entre os de nações com "alto desenvolvimento". Nesse grupo, que saltou de 63 para 70 neste ano, o Brasil também é o país com maior desigualdade entre ricos e pobres, seguido por Panamá, Chile, Argentina e Costa Rica. No Brasil, os 10% mais ricos da

população têm renda 51,3 vezes maior do que os 10% pobres.

Além do Brasil, países como Rússia, Macedônia, Albânia e Belarus também ingressaram no rol dos países de "alto desenvolvimento humano" nesta edição do ranking, que neste ano foi liderado pela Islândia, com IDH de 0,968.

O Brasil subiu não só devido a melhoras reais nos campos avaliados pelo IDH, mas também em função de revisões de estatísticas nos bancos de dados da UNICEF e do Banco Mundial - órgãos que fornecem os números para o PNUD, normalmente baseados em dados produzidos pelos próprios países.

Revisões estatísticas do IBGE também revelaram que os padrões de educação e expectativa de vida no Brasil aumentaram em 2005. A expectativa de vida média subiu de 70,8 anos, no relatório do ano passado, para 71,7 anos, e a porcentagem de alunos matriculados em escolas e universidades aumentou de 86% para 87,5%.

## **IDH NOS ESTADOS BRASILEIROS**

Em todos os estados brasileiros, a educação foi o componente que mais influenciou no aumento do IDH-M, sendo que em 21 deles, sua participação foi maior que 50% do acréscimo. O aumento do componente longevidade contribuiu positivamente para o crescimento do IDH-M em todos os estados, variando entre 15,15% (Santa Catarina) e 39,02% (Roraima) do acréscimo total do índice. Já o componente renda, apesar de sua contribuição para o acréscimo geral do IDH-M do Brasil, apresenta grandes variações quando são analisados os estados individualmente. A participação da renda varia entre -37,64 % (Roraima) até 35,15% (Santa Catarina).

Os cinco estados com maiores IDH-M no Brasil são, respectivamente, Distrito Federal (0,844), São Paulo (0,814), Rio Grande do Sul (0,809), Santa Catarina (0,806) e Rio de Janeiro (0,802), situando-se na faixa de alto desenvolvimento humano. Todos os demais encontram-se na categoria de médio desenvolvimento humano. Os cinco IDH-M mais baixos são: Alagoas (0,633), Maranhão (0,647), Piauí (0,673), Paraíba (0,678) e Sergipe (0,687). Em 2000, como em 1991, nenhum estado situou-se na faixa de baixo desenvolvimento humano.

Os estados que mais aumentaram o índice, entre 1991 e 2000, foram, respectivamente, o Ceará (passou de 0,597 para 0,699), Alagoas (de 0,535 para 0,633), Maranhão (de 0,551 para 0,647). Em contrapartida, os que menos cresceram foram: Distrito Federal (de 0,798 para 0,844), São Paulo (0,773 para 0,814) e Roraima (0,710 para 0,749). Isso reflete, parcialmente, o fato de que é mais difícil crescer a partir de um patamar mais alto do que de um mais baixo.

Os estados que mais subiram no ranking foram o Ceará (subiu da 23ª para a 19ª posição) e o Mato Grosso (da 12ª para a 9ª posição). Rondônia, Tocantins, Bahia e Goiás ganharam duas posições cada um. Os que mais caíram no

ranking foram Roraima (da 8ª para 13ª posição), Amazonas (da 14ª para 17ª) e Acre (18ª para 21ª). Sergipe e Pernambuco perderam duas posições cada. Os demais estados ou permaneceram na mesma colocação ou tiveram variação de uma posição para mais ou para menos.

Em 23 estados o índice de Gini, que mede a desigualdade da distribuição de renda, aumentou. As únicas exceções foram Roraima, onde ele caiu de 0,65 para 0,62, e Rondônia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde a medida de desigualdade de renda manteve-se estável.

O Estado mais desigual do Brasil passou a ser Alagoas, cujo índice de Gini aumentou de 0,63 para 0,69 e fez os alagoanos subirem 10 posições nesse ranking. O Estado menos desigual continua sendo Santa Catarina, a despeito de uma pequena elevação no índice de Gini de 0,55 para 0,56.

## IDH DAS CIDADES BRASILEIRAS



No Brasil, as 159 cidades que tiveram os maiores ganhos proporcionais de desenvolvimento humano no país têm menos de 50 mil habitantes.

Na média, os menores municípios tiveram uma evolução de 15,9% no seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, contra um crescimento médio de 11,2% das cidades entre 50 mil e 500 mil habitantes, de 6,7% das entre 500 mil e 1 milhão e de 6,1% das com mais de 1 milhão de habitantes.

O IDH-M médio das cidades com menos de 50 mil moradores cresceu de 0,603 para 0,693, se aproximando, com isso, dos índices das cidades maiores. O desenvolvimento humano mais rápido das cidades com menos de 50 mil habitantes é especialmente importante porque elas abrigam 62,2 milhões de pessoas, ou 36% da população do país.

Entre os municípios de médio porte, com população entre 50 mil e 500 mil habitantes, o crescimento dos níveis de educação foi responsável pela elevação do IDH-M em todos os municípios, especialmente os da Região Nordeste. Nesse grupo de cidades, as paulistas foram as que registraram menos progressos.

Entre as cidades grandes, com populações entre 500 mil e 1 milhão de pessoas, as cinco melhores classificadas no ranking do IDH-M são paulistas, sendo Ribeirão Preto a que está em primeiro lugar.

Em 83% das cidades brasileiras, a dimensão que mais se desenvolveu, ao longo da década de 90, foi a da educação. Na média das 5.507 cidades, o subíndice de educação cresceu 25%, contra um crescimento de 12% do subíndice de longevidade e de 11% do subíndice de renda.

Embora a alfabetização da população tenha crescido, o que mais puxou a evolução educacional foi a taxa bruta de frequência à escola. Trata-se da divisão do número de alunos de todos os níveis de ensino residentes no município pela população de 7 a 22 anos (faixa etária ideal das pessoas que estudam) do mesmo município. Em 96% das cidades brasileiras o crescimento dessa taxa foi proporcionalmente maior do que o aumento da alfabetização.

Em 3.654 municípios brasileiros (66%) o índice de Gini cresceu, indicando que o grau de desigualdade na distribuição da renda tornou-se ainda maior. Em 370 (6,7%) a desigualdade permaneceu inalterada, e em 1.483 (27%) a desigualdade diminuiu.

A escala do índice de Gini varia de 0 a 1. Em uma situação ideal, na qual todos os habitantes tivessem a mesma renda, o índice seria igual a 0. No extremo oposto, se apenas um morador detivesse toda a renda da cidade e seus conterrâneos não tivessem nada, o índice seria igual a 1.



[WWW.dhnet.org.br](http://WWW.dhnet.org.br)